

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIA ROCHA ORTENBURGER

O papel da Nova Rota da Seda na política externa chinesa contemporânea

São Paulo
2025

Julia Rocha Ortenburger

O papel da Nova Rota da Seda na política externa chinesa contemporânea

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Laerte Apolinário Júnior

São Paulo

2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais Cristiane e Daniel, por me proporcionarem a oportunidade de realizar essa graduação na PUC-SP, sem vocês nada disso seria possível. Obrigada especialmente ao meu pai, que sempre me incentivou a seguir o ramo das Relações Internacionais.

Agradeço também ao meu namorado Nicolas, por escutar constantemente minhas novas ideias para a pesquisa e que acompanhou toda a evolução do projeto. Sou muito grata por tê-lo ao meu lado.

Além disso, deixo meus profundos agradecimentos aos meus professores da graduação, por todo trabalho incrível que fazem. As aulas foram excelentes e o aprendizado vai além do material didático. Agradeço especialmente ao meu orientador Laerte, por sempre ter sido um ótimo professor e por todo apoio ao longo dessa jornada. A graduação em Relações Internacionais contribui muito para quem sou hoje.

Por fim, mas não menos importante, sou grata às amigas que fiz ao longo do curso. Em especial à Larissa, por tudo nessa reta final; e a Clara, por tornar todos projetos que realizamos juntas muito mais divertidos e leves.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da *Belt and Road Initiative* (BRI) na política externa chinesa, compreendendo-a como vetor estratégico de projeção internacional no século XXI. Lançada em 2013, a BRI se define como um projeto de alcance global que articula investimentos em infraestrutura, comércio, finanças e tecnologias, além de promover integração entre países, com destaque para o Sul Global. Com o propósito de avaliar a centralidade da iniciativa na política externa (PE) contemporânea chinesa, adotou-se uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando autores chineses e ocidentais, dados oficiais e relatórios econômicos. A análise foi dividida em três eixos: os fundamentos históricos e ideológicos da política externa chinesa; a estrutura e os mecanismos da BRI; e os efeitos internacionais da iniciativa. Os resultados indicam que a iniciativa atua como vetor de reconfiguração da ordem internacional, promovendo uma lógica de cooperação alternativa à das potências ocidentais, com adesão significativa. Conclui-se que a BRI consolida a ascensão chinesa como potência global não hegemônica, baseada em valores próprios de governança, desenvolvimento e cooperação.

Palavras-Chave: China, Política externa, *Belt and Road Initiative*, Infraestrutura, Cooperação internacional.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the role of the Belt and Road Initiative (BRI) in Chinese foreign policy, understanding it as a strategic lever for international projection in the 21st century. Launched in 2013, the BRI is defined as a global project that articulates investments in infrastructure, trade, finance, and technology, in addition to promoting integration between countries, with an emphasis on the Global South. With the aim of assessing the centrality of the initiative in contemporary Chinese foreign policy, a qualitative approach was adopted, based on bibliographic and documentary research, using Chinese and Western authors, official data, and economic reports. The analysis was divided into three axes: the historical and ideological foundations of Chinese foreign policy; the structure and mechanisms of the BRI; and the international effects of the initiative. The results indicate that the initiative acts as a lever for reshaping the international order, promoting a logic of cooperation that is alternative to that of Western powers, with significant support. It is conclusive that the BRI strengthens China's rise as a non-hegemonic global power, based on its own values of governance, development, and cooperation.

Keywords: China, Foreign policy, Belt and Road Initiative, Infrastructure, International cooperation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura do PCC: Número de membros	12
Figura 2 – Países vigentes do BRI	26
Figura 3 – Engajamento financeiro chinês na BRI: 2013 - 2024	31
Figura 4 – <i>The dynamic impact of B&R participation on the economic growth in treated countries</i>	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Parceiros comerciais da China: exportações e importações por região em termos de uma parcela (%) do total, 1992-2022	21
Tabela 2 - Eixos da BRI	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
CPEC	<i>China-Pakistan Economic Corridor</i>
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
MoU	<i>Memorandum of Understanding</i>
PCC	Partido Comunista Chinês
PE	Política Externa
PIB	Produto Interno Bruto
RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA E SUA INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI	11
2.1 Fundamentos Históricos	11
2.2 Atores da Política Externa Contemporânea: O Partido e Xi Jinping	12
2.3 Inserção econômica	14
2.4 Cultura e Diplomacia	16
2.5 Considerações	17
3 A <i>BELT AND ROAD INITIATIVE</i>: ESTRUTURA, ESTRATÉGIAS E REPERCUSSÕES INTERNACIONAIS	20
3.1 Origens contemporâneas e conexões históricas	20
3.2 Estrutura e objetivos	22
3.3 Projeção internacional: Projetos e controvérsias	25
3.4 Considerações	29
4 A BRI NA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA: AMBIÇÕES, IMPACTOS E DISPUTAS	30
4.1 A centralidade da BRI na PE contemporânea chinesa	30
4.2 Implicações econômicas e estratégicas	32
4.3 Entre cooperação e contestação: interpretações divergentes	34
4.4 Considerações	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

A ascensão da China como uma potência global é um dos eventos mais transformadores da história contemporânea das Relações Internacionais. Nas últimas décadas, o país implementou um ambicioso processo de modernização econômica e política, consolidando uma presença cada vez mais assertiva nas RI. No centro dessa estratégia encontra-se a *Belt and Road Initiative* (BRI), lançada oficialmente pelo presidente Xi Jinping em 2013.

A iniciativa tem como objetivo fortalecer a conectividade entre Ásia, Europa, África e América Latina por meio de investimentos em infraestrutura, integração econômica e diplomacia estratégica, constituindo-se como o principal vetor da projeção internacional chinesa no século XXI. Por meio de seus investimentos, a iniciativa busca criar redes de interdependência econômica e consolidar alianças políticas, desafiando a hegemonia tradicional neoliberal e promovendo uma ordem multipolar liderada pela China (Hong, 2016). Além disso, a BRI reflete a normatividade relacional característica da política externa chinesa, que valoriza o *guanxi* — um conceito cultural baseado na construção de relações interpessoais e confiança mútua — como base para suas interações internacionais (Kavalski, 2017). Essa abordagem relacional contrasta com o modelo ocidental de governança global, frequentemente associado à imposição de valores universais. No entanto, a implementação da BRI também enfrenta desafios significativos, incluindo críticas sobre a sustentabilidade da dívida em países receptores, questões de transparência e as implicações geopolíticas de sua expansão (Dunford; Liu, 2023).

Este trabalho tem como tema a *Belt and Road Initiative* e seu papel na política externa da China. A questão de pesquisa que orienta o estudo é: como a BRI contribui para a consolidação da China como potência global e para a redefinição da ordem internacional contemporânea? O objetivo geral da pesquisa é analisar criticamente a BRI como instrumento estratégico da política externa chinesa, investigando seus impactos econômicos, políticos e geopolíticos. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) contextualizar historicamente a política externa da China, com ênfase em seus fundamentos culturais e econômicos; (ii) examinar a estrutura, os mecanismos e a narrativa oficial da BRI; e (iii) avaliar os efeitos internacionais da iniciativa, considerando tanto suas promessas quanto as controvérsias e críticas associadas ao projeto.

A justificativa para a elaboração deste estudo reside na importância crescente da China nas dinâmicas internacionais e na necessidade de compreender a BRI não apenas como um plano de

infraestrutura, mas como um projeto político e simbólico de longo alcance, que desafia os paradigmas liberais e hegemônicos do Ocidente. O trabalho contribui, portanto, para o campo das Relações Internacionais ao oferecer uma análise abrangente de como a BRI reconfigura relações de poder, comércio e governança global, especialmente no contexto do Sul Global.

Por meio deste, busca-se oferecer uma análise abrangente da *Belt and Road Initiative* no contexto da política externa chinesa e sua interação com as dinâmicas econômicas e geopolíticas globais. Ao explorar como a BRI combina objetivos econômicos e estratégicos, o estudo contribui para uma compreensão mais profunda das ambições globais da China e de seu impacto no sistema internacional contemporâneo. Além disso, ao conectar a BRI a conceitos culturais, o trabalho destaca a singularidade da abordagem chinesa às Relações Internacionais, que alia tradição e modernidade em uma visão integrada de desenvolvimento e liderança global.

O desenvolvimento da pesquisa está organizado em três capítulos principais. No capítulo “A política externa chinesa e sua inserção econômica internacional no século XXI” (2), são apresentados os fundamentos históricos, atores estratégicos e valores culturais que moldam a diplomacia chinesa. Em seguida, o capítulo “*A Belt and Road Initiative: estrutura, estratégias e repercussões internacionais*” (3) examina a gênese da BRI, seus pilares operacionais e sua expansão temática e geográfica. Por fim, o capítulo “A BRI na geopolítica contemporânea: ambições, impactos e disputas” (4) analisa os efeitos da iniciativa nas RI, as reações de outras potências e os debates críticos acerca de seu real alcance e implicações.

2 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA E SUA INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI

2.1 Fundamentos Históricos

A participação internacional chinesa tem como eixo principal sua inserção econômica no cenário global. Iniciativas como a *Belt and Road Initiative* (BRI), a universalização do comércio exterior e o fortalecimento do yuan como moeda internacional demonstram como a China busca moldar a governança econômica global. Este capítulo analisa como a política externa chinesa se consolidou como ferramenta essencial para sua ascensão global, abordando os fundamentos históricos, as estruturas administrativas, as estratégias econômicas e os desafios futuros (Dunford, Liu, 2023).

A política externa chinesa é profundamente influenciada por sua história milenar e tradições culturais, em particular pela filosofia confucionista que valoriza harmonia, estabilidade e hierarquias bem definidas. Segundo o professor de Relações Exteriores Brantly Womack (2008), a China exercia o papel de potência regional - com início na Dinastia Tang (618-907) - não por conquistas territoriais, mas sim pela sua virtude (*de* 德). A crença era de que a humanidade é inerentemente boa, e por isso as nações culturalmente inferiores podiam apreciar a virtude da China e aprender com ela. Essa percepção de centralidade do império moldou a visão chinesa do mundo como uma rede de relações hierárquicas baseadas no respeito mútuo, sua visão girava em torno da crença em um mandato celestial que conferia um caráter especial ao Império chinês, sendo a supremacia uma espécie de lei natural (Montenegro, 2019).

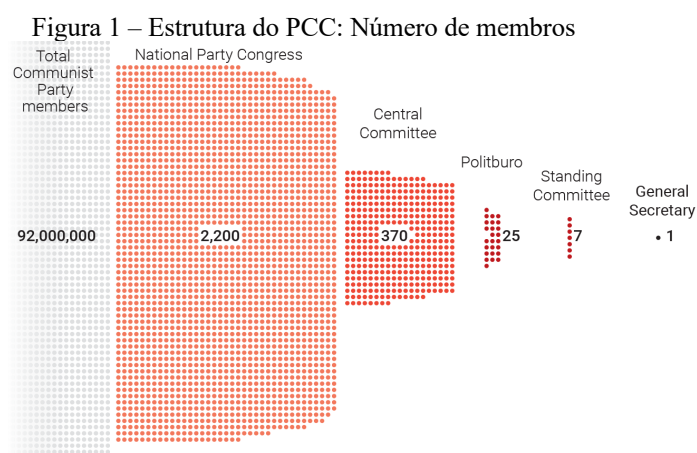
Entretanto, o contato com o Ocidente e o imperialismo foi marcado por invasões estrangeiras, tratados desiguais e perda de soberania, o que abalou profundamente a visão da China sobre o sistema internacional, configurando assim o “século de humilhação” (1839–1949). Esse período gerou um forte senso de vulnerabilidade e a necessidade de proteger sua soberania e interesses nacionais (Montenegro, 2019). Por conseguinte, após a Revolução Comunista de 1949, a República Popular da China passa a adotar gradualmente uma política externa voltada à solidariedade com o Sul Global, buscando autopreservação contra a opressão das potências do Norte Global.

Diante do cenário global, a adaptação às normas internacionais se torna um elemento

indispensável na diplomacia do país (Womack, 2008). Assim, a partir das reformas econômicas de 1978 lideradas por Deng Xiaoping, a China aplica um pragmatismo econômico que molda sua política externa contemporânea. Com isso, a abordagem enfatiza o crescimento interno por meio de abertura ao comércio global, enquanto mantém uma ênfase em autonomia política e soberania nacional (Lanteigne, 2019).

2.2 Atores da Política Externa Contemporânea: O Partido e Xi Jinping

Em contraposição aos Estados ocidentais, nos quais a formulação da política externa é mais dispersa institucionalmente, a formulação e execução da PE chinesa são centralizadas no Partido Comunista Chinês. No campo institucional, o Partido mantém primazia sobre o Governo da República Popular da China. A separação entre Partido e Estado existe formalmente, mas na prática suas funções se sobrepõem. Desde 1949, o PCC controla diretamente as principais decisões de política externa, mantendo uma estrutura hierárquica e disciplinada, concentrando poder por meio de órgãos como a Comissão Central de Assuntos de Estado e o Departamento Internacional do Comitê Central (Montenegro, 2019; Lanteigne, 2019). A hierarquia do Partido Comunista da China é ilustrada a seguir:



Fonte: CAI; South China Morning Post; 2021

Conforme o jornal *South China Morning Post*, a estrutura partidária conta com cerca de 92 milhões de membros e quase 5 milhões de células do partido em todo o país, responsáveis por promover a ideologia do partido e implementar as decisões vindas de superiores. Desses, 2.200 delegados são eleitos para o Congresso Nacional do Partido e tem a função de eleger o Comitê

Central (370 membros), composto por homens que detêm cargos importantes no governo, comandantes militares de alto escalão e executivos relevantes em empresas estatais. Por sua vez, o Comitê Central elege o Politburo (25 membros) e seu Comitê Permanente (atualmente, 7 membros), a instância máxima decisória chinesa (Cai, 2021). Por fim, a organização culmina no Secretário Geral do Partido:

“Pelo menos desde o começo dos anos 1990, o secretário-geral do Comitê Central – ou seja, o “chefe” do Partido – também ocupa os cargos de presidente da República Popular da China e chairman da Comissão Militar Central. Isso faz com que esse indivíduo seja a cabeça do sistema tripartite composto por Partido, Estado e militares, que regula e conduz o processo decisório nacional. Atualmente, Xi Jinping é o núcleo desse organograma.” (Montenegro, 2019, p. 318)

Por conseguinte, cabe destacar a centralidade de Xi Jinping para as relações internacionais contemporâneas. Desde os massacres na Praça da Paz Celestial (Praça Tiananmen) em 1989 durante a gestão de Deng Xiaoping, o PCC seguiu a doutrina *Tao Guang Yang Hui* como guia de sua política externa, traduzido para o inglês como “*keeping a low profile*” ou para algumas figuras da PE chinesa, “*hiding one’s light*” (Zhongying, 2021, p. 3).

Entretanto, a ascensão de Xi Jinping é marcada pela adoção de uma postura mais assertiva, em contraposição a orientação cautelosa de seus antecessores (Ferdinand, 2016). Xi impulsiona as aberturas econômicas e cooperativas que tiveram início com Hu Jintao, sobretudo o “*Chinese Dream*” (中国梦), cuja essência é restaurar o status da nação como rica e poderosa. Ademais, “o partido precisa apelar não apenas para as expectativas materiais das pessoas, mas para seus ideais, aspirações e esperanças” (Brown, 2014 *apud* Ferdinand, 2016 p. 944, tradução própria). Desse modo, o poder é ainda mais centralizado no PCC, consolidando-o como o núcleo de toda a atuação do Estado, incluindo sua projeção internacional, tendo também como base o conceito de “rejuvenescimento nacional” (Zhang, 2019).

Além disso, Xi promove uma redefinição ideológica da PE, ao mesmo tempo em que consolida sua autoridade pessoal. Sob sua liderança, a diplomacia nacional passa a enfatizar a China como um modelo civilizacional alternativo ao Ocidente, através de iniciativas como a BRI e da promoção de uma “comunidade de futuro compartilhado para a humanidade”. A retórica ideológica funciona como ferramenta de coesão interna e legitimidade externa, vinculando o destino nacional à continuidade do partido e ao papel de Xi como seu guia. Assim, a combinação de centralização de poder, reafirmação ideológica e ambição internacional distingue a política

externa chinesa sob Xi Jinping e marca um novo paradigma na atuação da China no sistema internacional (Brown, Bērziņa-Čerenkova, 2018; Zhang, 2019).

Entretanto, como observam Brown e Bērziņa-Čerenkova (2018), esse novo paradigma não representa uma ruptura completa com o passado, mas sim uma reconfiguração estratégica dos mesmos desafios enfrentados por administrações anteriores, agora com um conjunto distinto de ferramentas políticas e ideológicas buscando continuidade, evolução e desenvolvimento. Após os anos de Hu Jintao, marcados pela diluição do controle estatal em benefício de redes privadas e familiares em setores estratégicos como petróleo, telecomunicações e construção, Xi responde com o fortalecimento do partido através da luta anticorrupção, transformando-a no principal instrumento de restauração da autoridade partidária.

Nesse contexto, a ideologia assume um papel central na sustentação do regime, reafirmando a unidade do partido e garantindo sua sobrevivência. Assim, a ideologia passa a ser mobilizada de forma estratégica, oferecendo uma linguagem comum e promovendo um imaginário coletivo. O discurso do “sonho chinês” e das metas centenárias reforça essa narrativa, articulando uma visão de futuro em que a legitimidade do partido está intrinsecamente vinculada à concretização das aspirações do povo (Brown; Bērziņa-Čerenkova, 2018).

Adicionalmente, cabe destacar que a gestão de Xi abre espaço para a atuação de novos atores na PE. Antes centralizada no Ministério das Relações Exteriores, a condução da política externa passa a envolver outros atores como empresas estatais, forças armadas, agências de segurança e corporações privadas em expansão internacional. Apesar dessa diversificação, o processo decisório permanece marcado pela opacidade e pelo controle concentrado nas mãos de uma elite restrita do Partido Comunista (Cai, 2021; Lanteigne, 2019; Montenegro, 2019), o que reforça a tendência de centralização característica da era Xi.

2.3 Inserção econômica

Conforme supracitado, a estrutura decisória centralizada não exclui a participação de múltiplos atores no campo econômico, tanto no âmbito comercial quanto no financeiro. Em consenso com os objetivos estratégicos do Estado, empresas estatais e privadas passaram a desempenhar funções complementares à diplomacia tradicional, sendo instrumentos de projeção de poder e influência fundamentados na economia. A atuação de conglomerados como Huawei,

Alibaba e Xiaomi exemplifica a convergência entre inovação tecnológica, diplomacia econômica e promoção da imagem internacional da China, particularmente no contexto da Rota da Seda Digital (Dunford; Liu, 2023; Montenegro, 2019). Apesar da apreensão do ocidente em relação à autonomia dessas empresas frente ao Estado, sua atuação revela uma aliança funcional entre interesses corporativos e metas geopolíticas, contribuindo para o fortalecimento do *soft power* chinês em mercados estratégicos internacionais (Lanteigne, 2019; Kavalski, 2017).

Adicionalmente, o comércio exterior tem sido um dos principais pilares da política externa econômica chinesa. Desde as reformas de 1978, a China buscou transformar-se no “centro manufatureiro do mundo”, utilizando sua força de trabalho abundante e custos baixos para atrair investimentos estrangeiros e expandir suas exportações (Pautasso, 2009). Essa estratégia permitiu à China acumular enormes superávits comerciais significativos que, por sua vez, financiam tanto investimentos em infraestrutura quanto em programas sociais. Outrossim, a diversificação de mercados tornou-se fundamental, com ênfase no fortalecimento de relações comerciais com países do Sul Global. Essas parcerias, muitas vezes baseadas em troca de recursos naturais por infraestrutura e tecnologia, consolidaram o papel da China como um parceiro indispensável em regiões como África e América Latina (Dunford; Liu, 2023).

Além do campo comercial, a China se destacou como um dos maiores provedores de financiamento internacional. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, sigla em inglês) e o Banco de Desenvolvimento da China desempenham papéis cruciais no financiamento de projetos que complementam as iniciativas da BRI. Esses bancos oferecem condições financeiras muitas vezes mais flexíveis do que instituições ocidentais tradicionais, como o Banco Mundial, aumentando o apelo da China para países em desenvolvimento (Dunford; Liu, 2023; Montenegro, 2019).

Ademais, o processo de internacionalização do yuan constitui uma dimensão estratégica da política externa econômica chinesa, voltada à redefinição das hierarquias monetárias globais. A intensificação do uso do yuan em acordos bilaterais e em projetos financiados pela *Belt and Road Initiative* demonstra uma tentativa deliberada de reduzir a dependência do dólar norte-americano e criar um centro alternativo ao sistema financeiro global dominado pelo Ocidente (Lanteigne, 2019; Dunford; Liu, 2023). Este movimento reforça o caráter sistêmico da política externa chinesa contemporânea, que atua simultaneamente nos campos diplomático, comercial, financeiro e institucional. Trata-se de uma estratégia plural, em que os instrumentos econômicos são

mobilizados de forma coordenada com os objetivos geopolíticos do Estado. Assim, a China consolida um modelo de atuação global no qual infraestrutura, moeda, tecnologia e comércio não apenas sustentam seu crescimento interno, mas também funcionam como vetores de influência externa e detêm o potencial de reconfigurar das dinâmicas de poder no sistema internacional (Dunford; Liu, 2023; Lanteigne, 2019).

2.4 Cultura e Diplomacia

Diante do supracitado, cabe destacar novamente o papel primário exercido pela cultura da nação nas relações exteriores. Como estabelecido, a política externa chinesa é profundamente influenciada por elementos culturais e filosóficos milenares, que influenciam tanto sua estratégia quanto a maneira como projeta poder no sistema internacional. Princípios confucionistas, como a harmonia (*he* 和), moralidade pública e a hierarquia relacional, moldam concepções normativas que distinguem a diplomacia chinesa das abordagens universalistas ocidentais (Womack, 2008; Montenegro, 2019). O conceito de *guanxi* (关系), central na cultura chinesa, estrutura a política externa como um conjunto de vínculos baseados na confiança e na reciprocidade, priorizando a continuidade das relações em detrimento de intervenções abruptas (Kavalski, 2017; Lanteigne, 2019).

Tanto o confucionismo com sua ênfase na virtude (*de* 德) moral quanto o conceito taoísta *wu wei* (não ação), sugerem que as ações devem respeitar os fluxos naturais das relações, ao valorizar a adaptação estratégica e a não imposição direta. Como observa Pautasso (2009), essa diplomacia cultural coopera com a política externa econômica ao legitimar a expansão chinesa sem gerar o tipo de resistência que acompanha as potências hegemônicas. Aplicado ao sistema internacional, isso se traduz na promoção de uma ordem multipolar baseada no respeito mútuo e na interdependência. A China busca projetar uma imagem de liderança benevolente, onde seu papel de “grande potência” é legitimado por suas contribuições para o desenvolvimento global e pela promoção de uma “comunidade de destino compartilhado para a humanidade” (Montenegro, 2019).

A normatividade cooperativa da China está profundamente refletida na narrativa de sua política externa, particularmente em seu princípio de não interferência nos assuntos internos de outros países. Desse modo, a *Belt and Road Initiative* reflete a aplicação estratégica do *guanxi* na

política externa chinesa, destacando seu potencial de fortalecer laços econômicos, políticos e culturais. A iniciativa busca criar uma rede global de conectividade econômica e cooperação estratégica, promovendo a interdependência entre os países participantes. A narrativa de desenvolvimento mútuo está alinhada ao *guanxi*, pois enfatiza a importância de relações duradouras baseadas em confiança e reciprocidade (Womack, 2008). Os projetos de infraestrutura financiados pela China, como portos, ferrovias e zonas industriais, criam dependências econômicas que fortalecem os laços bilaterais e firmam a posição da China como parceira estratégica, em vez de uma potência hegemônica (Pautasso, 2009). No entanto, casos controversos como o do porto de Hambantota, no Sri Lanka, revelam tensões entre retórica e prática, afetando a credibilidade dos vínculos de confiança promovidos pela China (Dunford, Liu, 2023).

2.5 Considerações

Desse modo, a trajetória da economia chinesa reflete uma evolução histórica marcada por profundas transformações que moldaram sua posição como uma potência global e reposicionou sua política externa como instrumento essencial de desenvolvimento e projeção internacional. Desde as reformas de 1978, a China tem articulado crescimento interno com inserção externa pragmática, baseada na abertura comercial seletiva, captação de investimentos e fortalecimento da capacidade exportadora (Montenegro, 2019).

Portanto, esse movimento permitiu à China transformar-se não apenas no “centro manufatureiro do mundo”, mas também em um ator central na formulação de uma nova governança econômica internacional. Ao mesmo tempo, sua política externa evoluiu para sustentar esse crescimento, enfatizando o fortalecimento de relações bilaterais e regionais. A política externa chinesa passou a assumir um caráter econômico-diplomático, no qual instrumentos como comércio, investimento direto externo, instituições financeiras multilaterais e internacionalização monetária são mobilizados estrategicamente para garantir autonomia, influência e estabilidade sistêmica (Dunford, Liu, 2023; Pautasso, 2009).

A BRI desempenha um papel crucial ao posicionar a China como uma força motriz no sistema global. Por meio de investimentos maciços em infraestrutura, transporte e energia, a iniciativa busca integrar economias em desenvolvimento à rede comercial chinesa, ao mesmo tempo em que promove mercados externos para produtos e serviços chineses. Paralelamente,

projeta uma imagem de parceiro responsável e alternativo ao modelo liberal ocidental (Ferdinand, 2016; Clarke, 2017).

A análise do histórico econômico da China revela, no entanto, que sua trajetória de ascensão está intrinsecamente ligada à capacidade do país de equilibrar crescimento interno e externo. No plano interno, a política econômica passou a enfatizar o modelo de “dupla circulação”, que busca combinar fortalecimento do consumo doméstico com expansão externa estratégica. Externamente, a BRI consolida essa lógica ao diversificar mercados, reduzir vulnerabilidades geográficas e econômicas, além de reposicionar a China como centro de uma ordem multipolar mais equilibrada (Ma, 2022; Montenegro, 2019). Assim, a política externa chinesa funciona como extensão direta das prioridades econômicas nacionais, canalizando recursos diplomáticos e financeiros para ampliar sua esfera de influência e garantir a resiliência de sua trajetória de desenvolvimento. Essa estratégia não apenas fortalece a posição econômica da China, mas também desafia a estrutura financeira dominada pelo dólar, criando uma alternativa monetária viável em transações globais (Dunford, Liu, 2023).

Historicamente, a China demonstrou habilidade em adaptar-se a contextos econômicos e políticos em transformação. Desde o período inicial das reformas até a liderança de Xi Jinping, o país tem inovado na formulação de estratégias que combinam tradição e modernidade. A integração de elementos culturais, com práticas econômicas contemporâneas demonstra essa capacidade. No âmbito da BRI, isso se traduz na construção de parcerias baseadas em confiança mútua e reciprocidade, que refletem tanto os valores confucionistas quanto às exigências do sistema internacional moderno (Kavalski, 2017).

Apesar de sua eficácia como ferramenta de projeção econômica e política, a BRI enfrenta críticas e desafios significativos. A acusação de que a iniciativa cria uma “armadilha da dívida” em países receptores evidencia as tensões entre as narrativas de desenvolvimento mútuo e os impactos reais de seus projetos. Além disso, a dependência econômica gerada em algumas regiões levanta preocupações sobre soberania e equilíbrio de poder. Não obstante, a BRI continua a ser um elemento central da estratégia econômica chinesa, impulsionando a conectividade global enquanto fortalece a posição da China como um ator indispensável na governança internacional (Haggai, 2016; Hong, 2016).

O cenário histórico da economia chinesa demonstra como o país utilizou sua política econômica para consolidar uma posição de liderança global. A *Belt and Road Initiative* sintetiza

essa trajetória ao combinar objetivos econômicos, políticos e culturais em uma estratégia abrangente de alcance global. Portanto, ao combinar tradição cultural, pragmatismo econômico e visão estratégica de longo prazo, a China reconfigura sua política externa como ferramenta sistêmica de integração global. Ao articular essas dimensões de forma estratégica, a China fortalece sua liderança em uma ordem multipolar em formação, buscando não apenas adaptar-se às estruturas existentes, mas também moldá-las conforme seus interesses, visões e valores. À medida que a China avança, sua capacidade de equilibrar essas forças será crucial para sustentar sua liderança no século XXI.

3 A BELT AND ROAD INITIATIVE: ESTRUTURA, ESTRATÉGIAS E REPERCUSSÕES INTERNACIONAIS

3.1 Origens contemporâneas e conexões históricas

A proposta da *Belt and Road Initiative*, formalizada por Xi Jinping em 2013, foi apresentada em dois discursos emblemáticos: o primeiro, em setembro de 2013, no Cazaquistão, onde apresentou a ideia do “Cinturão Econômico da Rota da Seda”; e o segundo, em outubro do mesmo ano, perante o Parlamento da Indonésia, onde propôs a “Rota da Seda Marítima do Século XXI”. Essas duas vertentes são centrais ao projeto, ambas apresentadas com o objetivo de fortalecer a integração regional e global por meio de cinco pilares fundamentais: coordenação de políticas, infraestrutura conectada, livre comércio, integração financeira e laços interpessoais (Belt and Road Portal, 2019).

Logo, vale considerar o panorama geral no momento da inauguração da BRI. No plano nacional, o país enfrentava um cenário marcado pela desaceleração econômica e sobre capacidade produtiva, o que levava a necessidade de expansão dos mercados consumidores chineses. Enquanto externamente, o país se consolidava cada vez mais como uma grande potência com crescente protagonismo nas organizações internacionais e tensionamentos com os Estados Unidos e seus aliados na Ásia-Pacífico. Assim, evidencia-se o empenho do Estado em se posicionar como centro de um novo sistema econômico internacional (Miller, 2018; Chan, 2018).

Paralelamente, para a compreensão da BRI cabe trazer seu vínculo com a narrativa histórica. Ao estabelecer uma continuidade entre as dinastias milenares e o atual Estado chinês, o discurso naturaliza a liderança da China no sistema internacional. Como destacam Yujia (2023) e Amarasinghe (2023), a estratégia de continuidade histórica apresenta a ascensão chinesa contemporânea não como uma novidade disruptiva, mas como o retorno a uma posição natural de centralidade, baseada em uma trajetória milenar de protagonismo político e comercial. Assim, o governo de Xi Jinping constrói uma narrativa que legitima seu papel no século XXI como líder regional e global.

Desse modo, a narrativa cumpre funções complementares: no plano interno, reforça o orgulho nacional e a coesão em torno do Partido Comunista Chinês; no plano externo, normaliza a crescente presença econômica e diplomática da China como um desdobramento natural de sua trajetória histórica. Como observa Miller (2018), a BRI é uma extensão do projeto de

rejuvenescimento nacional, o “*Chinese Dream*”. Adicionalmente, esse argumento é sustentado em “*From Ancient Silk Road to Modern Belt and Road Initiative: A Signaling Approach to Trust-Building across Narratives*”:

“Três anos após seu lançamento, o investimento direto externo da China atingiu US\$170,11 bilhões em 7.961 empresas no exterior em 164 países e regiões: um aumento de 44,1% de um ano para o outro em 2016 (PNUD 2017: 2). O fluxo de ODI da China para os 65 países da BRI foi de US\$14,4 bilhões em 2017” (Huang, Xia, 2018 *apud* Yujia, 2023, tradução própria).

Ainda, é imprescindível levar em consideração o protagonismo pessoal de Xi Jinping enquanto elemento central na formulação e condução da BRI, que se transforma em uma marca de liderança e parte fundamental de seu legado político. Em contraposição aos seus antecessores, Xi consolidou um estilo de governança altamente centralizado, no qual iniciativas estratégicas de longo alcance, são diretamente associadas à sua imagem e à sua visão de mundo (Zhang, 2019). Tom Miller (2019) também destaca que ao vincular sua liderança pessoal ao sucesso da BRI, o líder busca garantir sua permanência na história como o arquiteto da ascensão global da China no século XXI.

Por conseguinte, na Tabela 1 os autores Dunford e Liu (2023) embasam a abertura comercial chinesa. Diante os dados apresentados, conclui-se que a nação passa de um comércio mais regional nos anos 90, com foco nos seus parceiros da *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), para um mercado cada vez mais diversificado nas décadas seguintes.

Tabela 1 – Parceiros comerciais da China: exportações e importações por região em termos de uma parcela (%) do total, 1992-2022

	1992	1996	2002	2008	2016	2020	2022
Hong Kong and Macao	35.5	14.3	11.6	8.4	8.6	6.2	5.0
Japan and South Korea	18.4	27.6	24.1	18.3	14.8	13.3	11.6
Southeast Asia	1.1	1.4	2.0	3.8	4.0	3.1	3.4
South Asia	1.1	1.4	2.0	3.8	4.0	3.1	3.4
Central Eurasia	4.0	2.7	2.4	3.7	3.0	3.5	4.5
West Asia	1.5	2.0	2.8	5.0	4.8	5.4	7.3
Oceania	1.7	2.0	2.0	2.7	3.6	4.4	4.2
Africa	1.1	1.4	2.2	4.6	4.1	4.1	4.5
Europe	12.8	15.2	16.2	18.4	17.0	17.5	16.7
Latin America and Caribbean	1.8	2.3	2.9	5.8	6.1	7.0	7.8
North America	12.1	16.2	17.4	14.9	15.9	14.4	13.9
RCEP	61.0	51.2	46.7	38.6	39.6	38.8	36.4

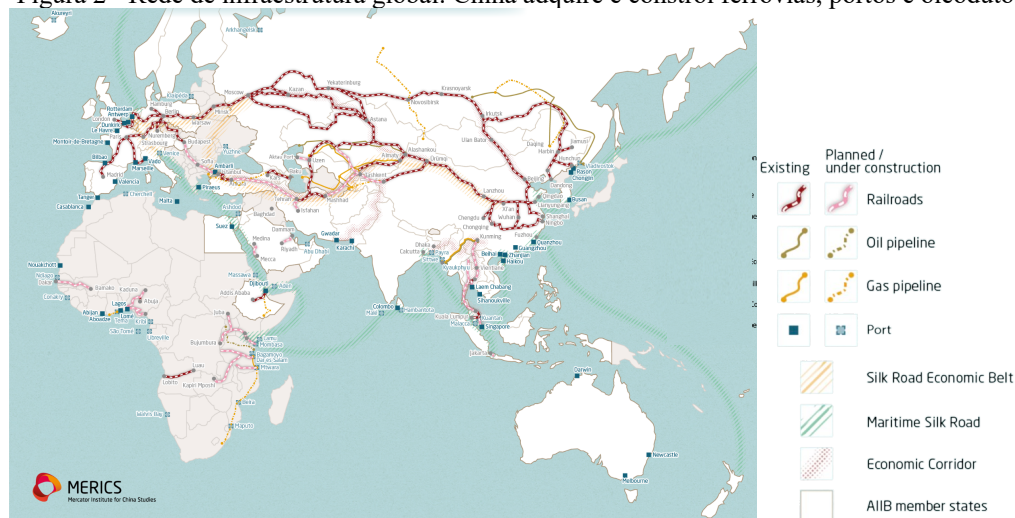
Fonte: Dunford, Liu, 2023

3.2 Estrutura e objetivos

A *Belt and Road Initiative* se caracteriza por sua natureza policêntrica e multiescalar. Como traz o autor Huping Shang (2019), a iniciativa é definida por uma combinação de objetivos políticos, estratégicos e econômicos que se manifestam em projetos de infraestrutura, cooperação industrial, integração comercial e iniciativas culturais. Do ponto de vista político, a iniciativa tem o intuito de reforçar a liderança da China no Sul Global e ampliar sua influência diplomática por meio de parcerias bilaterais. Estrategicamente, a BRI visa garantir acesso a rotas seguras de transporte, fontes de energia e mercados, reduzindo vulnerabilidades logísticas. Enquanto no plano econômico, os objetivos incluem a exportação do excesso de capacidade produtiva, o estímulo à internacionalização de empresas estatais e privadas chinesas e a criação de redes de interdependência econômica que consolidem a centralidade da China nas cadeias globais de valor (Shang, 2019; Zhang, 2019). Um exemplo concreto disso é a exportação massiva de aço chinês subsidiado para mercados da Ásia, África e Europa, que tem gerado tensões comerciais e acusações de *dumping* (Miller, 2018; Shanghai Metals Market, 2023).

Esses objetivos estratégicos se materializam por meio de uma ampla infraestrutura que se organiza em corredores econômicos regionais, instrumentos financeiros próprios e áreas temáticas especializadas. O mapa a seguir, elaborado pelo *Mercator Institute for China Studies* (MERICS), apresenta projetos de ferrovias, oleodutos e portos vinculados à iniciativa.

Figura 2 - Rede de infraestrutura global: China adquire e constrói ferrovias, portos e oleodutos



Fonte: Mercator Institute for China Studies, 2018

A Figura 2 também permite identificar as principais vertentes territoriais da BRI, com destaque para os seis corredores econômicos intercontinentais, pontuados a seguir. Em primeiro lugar, o (i) *China-Mongolia-Russia Economic Corridor* (CMREC) conecta centros industriais chineses à Rússia por meio da Mongólia. Através do (ii) *New Eurasian Land Bridge* (NELB), portos do leste chinês se conectam aos principais *hubs* logísticos da Europa Ocidental, como Rotterdam e Antuérpia. A seguir, o (iii) *China-Central Asia-West Asia Economic Corridor* (CCWAEC) atravessa cinco países da Ásia Central até alcançar o Oriente Médio, enquanto o (iv) *China-Indochina Peninsula Economic Corridor* (CICPEC) consolida vínculos com os países da ASEAN por meio de ferrovias e rodovias transfronteiriças. (v) O *China-Pakistan Economic Corridor* (CPEC) interliga a parte ocidental da RPC ao porto de Gwadar, impulsionando investimentos em transporte, energia e telecomunicações. Por fim, o (vi) *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor* (BCIMEC) busca fortalecer a integração entre grandes economias do sul e sudeste asiático, embora enfrente entraves diplomáticos significativos. Outros projetos incluem uma rota comercial marítima através do Ártico até a Europa e a *Air Silk Road*, voltada à expansão de acordos bilaterais de transporte aéreo (SCIO, 2020; MERICS, 2018).

Para além do escopo geográfico, setores como geração e transmissão de energia, infraestrutura digital e serviços financeiros constituem componentes essenciais da iniciativa. A Rota da Seda Digital fornece financiamento a tecnologias avançadas nos países parceiros, principalmente por meio da expansão de redes 5G, acesso à inteligência artificial e sistemas de satélite. Já a Rota da Seda Verde promove a transição energética e o financiamento de projetos sustentáveis, e a *Health Silk Road* foi intensificada no contexto da pandemia da COVID-19, com foco na cooperação sanitária, biotecnologia e fornecimento de vacinas, com apoio da Organização Mundial da Saúde (Apolinário Júnior, Rinaldi, Lima; 2022).

Simultaneamente, o Corredor de Informação Espacial reforça a infraestrutura aeroespacial dos países parceiros, oferecendo acesso a satélites, serviços de sensoriamento remoto e estações terrestres, contribuindo para o lançamento dos primeiros satélites de comunicação de países no continente africano. Na América Latina Pequim tem sinalizado o interesse em aprofundar suas relações por meio de acordos bilaterais estratégicos em infraestrutura, energia e telecomunicações como o programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) (SCIO, 2020; SINGH, 2023). Os âmbitos culturais e financeiros são discutidos amplamente ao longo deste trabalho. Para melhor compreensão visual segue a Tabela 2, que lista todos os eixos discutidos:

Tabela 2 - Eixos da BRI

Eixo	Escopo
Corredores Econômicos	6 grandes eixos logísticos intercontinentais
Corredores Terrestres	Transporte ferroviário, rodoviário, energético
Corredores Marítimos	Canais oceânicos, portos e rotas navais
Corredor Espacial	Cooperação por meio de satélites, serviços de lançamento e infraestrutura terrestre
<i>Air Silk Road</i>	Acordos bilaterais de transporte aéreo
<i>Digital Silk Road</i>	Infraestrutura e desenvolvimento tecnológico
<i>Health Silk Road</i>	Cooperação sanitária e biotecnologia
<i>Green Silk Road</i>	Sustentabilidade e energia renovável
<i>Polar Silk Road</i>	Navegação no Círculo Ártico
BRI Cultural (<i>People-to-People</i>)	Cultura, diplomacia e educação
BRI Financeira	Bancos multilaterais, financiamento e yuan
América Latina e Outras Regiões	Parcerias fora dos corredores principais, via acordos multilaterais e bilaterais

Fonte: Elaborado pela autora

Tendo em vista esse amplo leque de atuação, torna-se evidente que a BRI opera como mais do que um plano de infraestrutura: ela constitui uma arquitetura alternativa de desenvolvimento global. Por meio de documentos oficiais como o *White Paper - The Belt and Road Initiative: A Key Pillar of the Global Community of Shared Future* (2023), o governo chinês salienta sua crítica às potências ocidentais e à ordem internacional vigente e defende a necessidade de um novo modelo de cooperação internacional mais equitativo. O documento afirma:

“Many developing countries have benefited little from economic globalization and even lost their capacity for independent development [...]. Certain countries have practiced unilateralism, protectionism and hegemonism, hampering economic globalization and threatening a global economic recession. [...] It is no longer acceptable that only a few countries dominate world economic development, control economic rules, and enjoy development fruits” (State Council Information Office of the People's Republic of China, 2023).

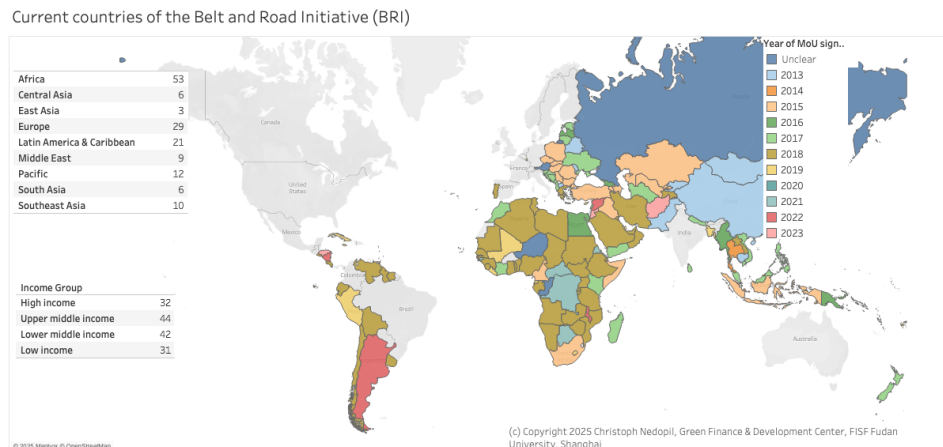
Desse modo, a China promete oferecer financiamento e expertise técnica sem impor condicionalidades políticas, o que a distingue das práticas tradicionais de instituições financeiras ocidentais como o FMI e o Banco Mundial, frequentemente associadas a exigências de reformas estruturais e políticas de austeridade. Do ponto de vista chinês, a ausência de condicionalidades políticas reflete um princípio de não interferência nos assuntos internos dos países parceiros, reforçando a narrativa de respeito à soberania nacional e à autodeterminação (Shang, 2019; Yujia, 2023). Em lugar dessas estruturas ocidentais, a China criou uma estrutura financeira alternativa, ancorada em instrumentos como o AIIB, o Fundo da Rota da Seda (SRF, sigla em inglês) e os bancos de desenvolvimento estatais chineses, como o *China Development Bank* e o *Exim Bank of China*. Esses mecanismos oferecem crédito com maior flexibilidade política e foco em projetos de infraestrutura, especialmente em países do Sul Global (Miller, 2018).

Torna-se cada vez mais evidente que a BRI transcende a lógica tradicional de acesso a mercados, rotas comerciais ou exportação do excedente industrial chinês. A iniciativa representa um dos pilares da política externa de Xi Jinping, articulando projeção de poder, cooperação econômica e redes de influência. Nesse sentido, a BRI atua como estrutura organizadora da diplomacia chinesa, oferecendo um arcabouço estratégico para a internacionalização de seus interesses econômicos e geopolíticos.

3.3 Projeção internacional: Projetos e controvérsias

Desde o lançamento oficial da BRI, o número de países que firmaram Memorandos de Entendimento (MoU, sigla em inglês) com a China tem crescido consideravelmente, chegando a 149 signatários em 2024 (Nedopil, 2025). Assim, esse processo tem permitido a expansão de sua rede diplomática em regiões tradicionalmente fora de seu campo de influência, consolidando cada vez mais a importância chinesa nas RI contemporâneas. (Montenegro, 2019; Ma, 2022). Para ilustrar a dimensão do projeto, é apresentado um gráfico de mapa da organização *Green Finance & Development Center*:

Figura 2 – Países vigentes do BRI



Fonte: Christoph Nedopil, 2025. Green Finance & Development Center, FIFS Fudan University Shanghai

Logo, segundo Huping Shang (2019) a BRI visa ampliar a influência diplomática chinesa principalmente por meio de parcerias bilaterais, fortalecendo vínculos políticos diretos com os países participantes. Assim, a assinatura desses acordos no âmbito da BRI tem servido como ponto de partida para o estabelecimento de parcerias estratégicas mais amplas, envolvendo também comércio, defesa, intercâmbio educacional e cooperação em ciência e tecnologia.

Nesse sentido, os efeitos políticos da BRI tendem a ser mais diretos para com países do Sul Global, o que se expressa em fóruns internacionais, como o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), o Fórum da China com Países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC-China) e a Organização de Cooperação de Shanghai (SCO). É nesses espaços onde a BRI é frequentemente apresentada como alternativa viável ao modelo ocidental de financiamento ao desenvolvimento, reforçando o discurso chinês de solidariedade, não interferência e respeito à soberania nacional (Yujia, 2023; Clarke, 2017).

Um exemplo expressivo dos efeitos diplomáticos da BRI é o aprofundamento das relações sino-iranianas. Desde a visita de Xi Jinping a Teerã em 2016, onde foram assinados 17 acordos bilaterais, a China passou a considerar o Irã um parceiro estratégico na implementação da iniciativa (Osiewicz, 2018). Politicamente, essa aproximação representa uma aliança pragmática entre dois Estados pressionados por sanções ocidentais e alinhados em sua oposição à presença norte-americana na Ásia. A cooperação envolve não apenas infraestrutura logística, mas também trocas comerciais e apoio mútuo em fóruns internacionais. Segundo Hu *et al.* (2023), o Irã está inserido em uma das regiões com mais alto risco geopolítico ao longo da BRI, sendo influenciado por fatores como terrorismo, instabilidade política, intervenção de grandes potências e dívida externa. O

engajamento de Pequim no Irã, apesar dos riscos, reflete o interesse estratégico em manter rotas energéticas estáveis e ampliar sua influência no Oriente Médio. O Irã, por sua vez, utiliza sua participação na BRI para diversificar parceiros econômicos, contornar sanções e aumentar sua margem diplomática de manobra.

Por conseguinte, outro projeto fonte de tensão internacional é o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), que é estratégico por viabilizar o acesso chinês ao Oceano Índico, reforçando laços diplomáticos e militares entre os dois países, de modo a gerar grande desconforto para a Índia, outra potência regional. Os principais receios dizem respeito à violação da soberania indiana, visto que o corredor atravessa territórios contestados na Caxemira, e à possibilidade de uso estratégico do porto de Gwadar como base naval chinesa, o que intensifica a percepção de tensão geopolítica no Oceano Índico. Tal posicionamento é evidenciado pelo autor cingalês Punsara Amarasinghe, que coloca o projeto como “uma clara ameaça à soberania territorial indiana” (2023, p. 384; tradução própria).

No plano mais amplo, a BRI intensifica as disputas pela influência na região do Indo-Pacífico, especialmente no Mar do Sul da China. A militarização de ilhas artificiais por Pequim, paralelamente ao avanço econômico da BRI, é vista como uma estratégia de “coerção combinada”, que alia poder econômico à projeção militar indireta (Russel, Berger, 2020). Nesse contexto, a construção de infraestrutura civil – como portos e aeroportos – em territórios insulares assume dupla função: além de fomentar o comércio e o investimento, fortalece a capacidade logística da China, potencialmente para mobilização militar rápida (Yahuda, 2019; Miller, 2019). Tal combinação tem provocado reações intensas de países vizinhos como Vietnã, Filipinas e Japão, além de incentivar uma mobilização militar mais intensiva por parte dos EUA, que buscam garantir sua influência na região (The Guardian, 2024; Council on Foreign Relations, 2023). A convergência entre a BRI e a presença militar chinesa, portanto, reconfigura o Indo-Pacífico como epicentro das rivalidades estruturais do século XXI.

Assim, fica evidente que apesar da forte propaganda voltada para a cooperação Sul-Sul, o programa tem sido alvo de críticas recorrentes por parte da comunidade internacional e gerado ruptura de opiniões entre analistas acadêmicos. Uma das principais acusações diz respeito à chamada “armadilha da dívida”, conceito popularizado a partir do caso do Sri Lanka, cujo governo cedeu o controle do porto de Hambantota à China por 99 anos após dificuldades em lidar com sua crise fiscal interna (Hurley, Morris, Portelance, 2018; Amarasinghe, 2023). Entretanto, autores

como Lee Jones e Shahar Hameiri não aderem à narrativa. Em “*Debunking the Myth of ‘Debt-trap Diplomacy’*” (2020), argumenta-se que o projeto foi inicialmente proposto pelo próprio governo do Sri Lanka nos anos 70, e que a maior parte de sua dívida externa não era com a China. Segundo os autores, a concessão do porto visou levantar liquidez em meio a uma crise, e não resultou de um embate forçado por Pequim.

Além do caso emblemático do Sri Lanka, diversas críticas têm sido direcionadas devido ao potencial de gerar endividamento excessivo e vulnerabilidades fiscais nos países parceiros, visto que projetos financiados por bancos chineses, muitas vezes com pouca transparência, podem contribuir para um cenário de dependência estrutural (Hurley, Morris, Portelance, 2018; Yujia, 2023). Além das preocupações fiscais, há críticas sobre os impactos ambientais de grandes obras e a falta de padrões universais de governança (Hu *et al.*, 2023). No campo político, teme-se que a BRI sirva como instrumento de influência estratégica, criando codependências assimétricas e influenciando decisões políticas em fóruns multilaterais para longe dos interesses ocidentais (Garcia-Herrero, Schindowski, 2023).

Nesse contexto, os Estados Unidos e seus aliados estruturaram iniciativas concorrentes à BRI, como o *Build Back Better World* (B3W) e a Parceria Global para Infraestrutura e Investimento (PGII), lançadas sob a liderança do G7. A União Europeia, por sua vez, desenvolveu o programa *Global Gateway*, enquanto o Japão expandiu o financiamento para infraestrutura na Ásia via a *Japan International Cooperation Agency* (JICA), buscando evitar que a BRI reconfigure o equilíbrio regional em favor de Pequim. Essas iniciativas trazem a promessa de serem alternativas transparentes e “livres de coerção”, em oposição à abordagem chinesa, frequentemente criticada por falta de transparência e imposições geopolíticas indiretas (Miller, 2018; Richardson, 2021; Garcia-Herrero, Schindowski, 2023).

Desse modo, as críticas explicitam a dualidade do projeto. Embora o discurso oficial chinês enfatize uma agenda desenvolvimentista com clara oposição à opressão de hegemonias, a BRI opera como instrumento de inserção estratégica, ampliando sua presença de forma econômica, diplomática e, por vezes, securitária (Yahuda, 2019). Com isso, entende-se o fundamento da apreensão sentida por múltiplos atores internacionais.

3.4 Considerações

Apesar das controvérsias e receios apontados por analistas e governos, a *Belt and Road Initiative* tem recebido ampla adesão internacional. Até o momento, em maio de 2025, o site oficial da BRI sinaliza que “145 to 149 countries (including China) are members of the BRI”, assinando MoUs. A adesão em massa ultrapassa as expectativas iniciais, que contava com pouco mais de 60 países no projeto. Aqui se entende que essa superação de expectativas pode ser explicada pela atratividade do financiamento chinês, pela lacuna de infraestrutura em países em desenvolvimento e pela flexibilidade das condições oferecidas. Um destaque particular é o continente africano, onde dezenas de países veem na BRI uma oportunidade para superar desafios históricos de conectividade e industrialização. Mesmo diante das críticas, a abrangência da iniciativa confirma sua relevância como vetor central da política externa chinesa contemporânea e como uma plataforma preferencial de cooperação para muitos países do Sul Global.

Por conseguinte, é possível vincular as fortes reações de potências regionais e globais à crescente importância geopolítica da iniciativa. As disputas por influência no Indo-Pacífico, os projetos concorrentes lançados por EUA, Japão e União Europeia, e críticas quanto à transparência e à sustentabilidade dos projetos mostram que a BRI não é apenas um projeto de infraestrutura, mas um campo estratégico de disputa por poder e modelos de governança (Jones, Hameiri, 2020).

A combinação de poder simbólico e material aplicadas no projeto tornam a BRI um instrumento de projeção de poder abrangente, no qual a diplomacia e infraestrutura caminham juntas, permitindo à China expandir sua influência sem o uso direto da força, por meio da criação de codependências econômicas, redes logísticas e vínculos institucionais duradouros (Yujia, 2023). Portanto, compreender a *Belt and Road Initiative* exige mais do que mapear seus investimentos: requer uma análise crítica de seus discursos, práticas e impactos, além de atenção minuciosa às dinâmicas locais e globais que vêm sendo mobilizadas.

4 A BRI NA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA: AMBIÇÕES, IMPACTOS E DISPUTAS

4.1 A centralidade da BRI na PE contemporânea chinesa

Desde sua formulação oficial em 2013, a BRI tem adquirido protagonismo na PE da República Popular da China graças à sua proposta multifacetada, que busca uma visão ampla e ambiciosa, além de integração econômica, diplomática e logística em escala sem precedentes (Richardson, 2021; Yahuda, 2019; Miller, 2019). O projeto articula-se em dois eixos principais: o Cinturão Econômico da Rota da Seda (terrestre) e a Rota da Seda Marítima do século XXI. Essa dupla rota abrange hoje 149 países signatários de MoUs, cobrindo mais de 65% da população mundial e 40% do PIB global (Nedopil, 2024; Lopes *et al.*, 2019).

Para melhor compreensão da centralidade do projeto, cabe trazer dados de investimentos chineses. Segundo o relatório do economista Christoph Nedopil (2024), os investimentos acumulados da China na BRI entre 2013 e 2024 somam US\$470 bilhões, complementados por US\$704 bilhões em contratos de construção. Apenas em 2024, os contratos firmados ultrapassaram US\$70,7 bilhões, com destaque para os setores de energia, transporte, tecnologia e mineração. Ao mesmo tempo, houve um crescimento na participação de investimentos com perfil “verde”, voltados à transição energética. Esses dados estão alinhados aos divulgados no “*Statistical Bulletin of FDI in China 2024*”, pelo Ministério do Comércio da China (MOFCOM, sigla em inglês), que reporta valores semelhantes de investimentos diretos no exterior não-financeiros e de contratos assinados em países da BRI no mesmo período.

Nesse sentido, a iniciativa se prova essencial na PE contemporânea chinesa em múltiplas frentes: (i) amplia a inserção global das empresas estatais chinesas (Nedopil, 2024; MOFCOM, 2025); (ii) facilita o acesso a recursos estratégicos e mercados consumidores (Chen, Li, 2021; Angulo-Bustanza, Lis-Gutiérrez, 2023); (iii) favorece a internacionalização do yuan e o uso de mecanismos financeiros próprios, como o AIIB (Yahuda, 2019; Miller, 2019).

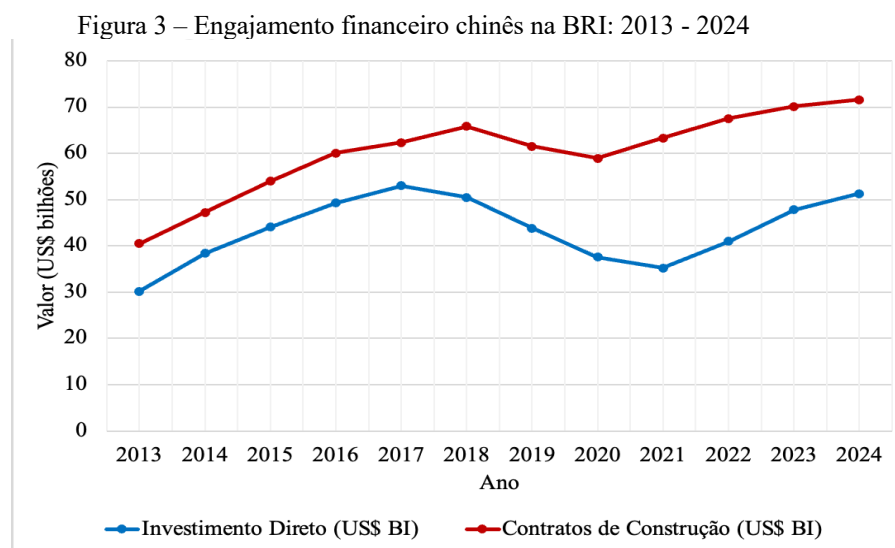
Por meio disso, o Estado reforça sua função enquanto fornecedor de bens públicos no Sistema Internacional, com destaque a países do Sul Global, onde grandes projetos de infraestrutura viária, ferroviária, energética e digital tem o potencial de aprimorar o desenvolvimento das rotas comerciais e cadeias de valor. Exemplos notórios incluem o Corredor Econômico China-Paquistão

(CPEC), a Ferrovia Mombasa-Nairobi no Quênia, e a proposta de Ferrovia Bioceânica no Brasil, Peru e Bolívia (Lopes *et al.*, 2019; Hu *et al.*, 2023).

No entanto, o alcance e a escala dos projetos geram leituras de posicionamento oposto por parte de atores que desconfiam dos objetivos encobertos da iniciativa por trás do discurso de desenvolvimento mútuo. Essa polarização no debate evidencia a natureza ambígua da BRI, como afirma Paul B. Richardson (2021), ao mesmo tempo em que a BRI promove desenvolvimento e cooperação, também consolida a China como potência em zonas estratégicas, ampliando sua capacidade de influência sem a necessidade do uso direto da força. O posicionamento crítico é apoiado no livro *“China’s Asian Dream: Empire Building along the New Silk Road”*:

“China’s aim is to use economic incentives to build closer relationships with its neighbors, drawing them ever tighter into its embrace. In return for delivering roads and power lines, it expects its partners to respect its core interests, including its territorial claims in the South China Sea. This is what Beijing means by “win-win” diplomacy.” (Miller, 2019, p. 25)

Portanto, a BRI representa não apenas um conjunto de projetos de infraestrutura, mas um instrumento complexo da política externa chinesa, moldado por interesses econômicos, aspirações simbólicas e disputas geopolíticas em curso. A dimensão desse engajamento financeiro pode ser observada no gráfico a seguir, que evidencia a evolução dos investimentos e contratos de construção da China com países da BRI ao longo da última década.



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de: Nedopil, 2025. Dados compilados a partir de: MOFCOM, 2025

4.2 Implicações econômicas e estratégicas

Além do papel diplomático, a BRI exerce influência significativa sobre os fluxos econômicos globais. Segundo o Escritório de Informações do Conselho de Estado da RPC (2023), de 2013 a 2022 o valor acumulado das importações e exportações entre a China e os países parceiros da BRI atingiu US\$19,1 trilhões, com uma taxa de crescimento anual média de 6,4%. Ademais, estudos empíricos como os de François De Soyres *et al.* (2020), Chen e Li (2021) e Shengnan Ma (2022), mostram resultados concretos do programa sobre o âmbito do comércio, produtividade e crescimento econômico, novamente com destaque para os países em desenvolvimento. Esses estudos indicam que os investimentos chineses em infraestrutura têm impacto direto sobre a redução de custos logísticos, o aumento da competitividade das exportações e o estímulo ao crescimento do PIB per capita, o que será demonstrado nesta seção.

Assim, um dos impactos mais mensuráveis é a redução dos custos de comércio. O documento “*How Much Will the Belt and Road Initiative Reduce Trade Costs?*” (2020) mostra que os investimentos em infraestrutura de transporte vinculados à BRI têm o potencial de reduzir os custos de transporte em até 2,2% nos países participantes e aumentar as exportações em até 10%. Essa queda nos custos decorre principalmente da modernização de portos, estradas, ferrovias e interconectividade logística, além de não limitar os efeitos aos países membros.

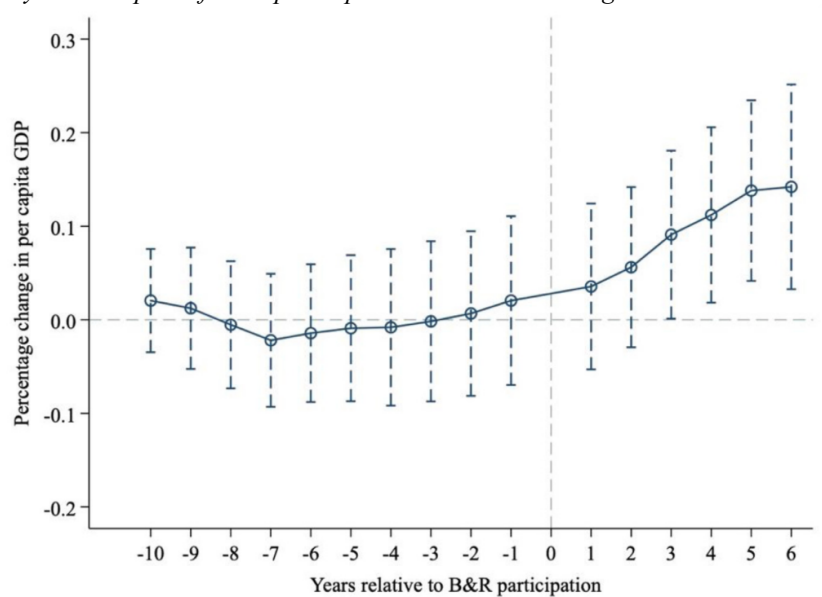
Complementarmente, o estudo de Chen e Li (2021) expressa como o investimento em infraestrutura de transporte sob a BRI impulsiona o crescimento do PIB per capita nos países receptores, com efeitos mais acentuados em economias com déficit logístico crônico. Ma (2022) também demonstra que a integração econômica promovida pela BRI acelera o crescimento de países de baixa renda, especialmente quando combinada com reformas domésticas que aumentam a capacidade de absorção de capital externo. Ainda, Schengen Ma ressalta “a dinâmica da relação entre participação na BRI e crescimento econômico local, confirmando que o impacto da iniciativa se materializa e se intensifica à medida que o tempo passa” (Ma, 2022, p. 754; tradução própria).

Outro aspecto relevante é o acesso a matérias-primas e mercados consumidores. Países como Angola, Zâmbia e Indonésia tornaram-se pontos estratégicos para a extração de minérios, petróleo e produção agrícola com destino ao mercado chinês. Em troca, esses países recebem investimentos em infraestrutura e crédito concessional (Angulo-Bustinza, Lis-Gutiérrez, 2023; Haggai, 2021).

Nesse sentido, no ponto de vista chinês a BRI também opera como mecanismo de estímulo à internacionalização de suas empresas estatais e ao uso do yuan em transações internacionais. O papel dos bancos chineses é central: o *China Development Bank* e o *Exim Bank da China* têm sido os principais financiadores dos projetos, viabilizando o desenvolvimento de um sistema financeiro paralelo ao ocidental (Jones, Hamari, 2020; Yahuda, 2019).

Por conseguinte, em “*Growth effects of economic integration: New evidence from the Belt and Road Initiative*”, a autora Shengnan Ma analisa dados de 186 países entre 2008 e 2019, e associa a adesão à BRI a um crescimento médio de 4,5% no PIB per capita dos países participantes. Esse efeito, no entanto, é significativamente mais pronunciado em países de baixa renda, onde o crescimento médio alcançou 7,2%, em comparação a 2,5% nos países de alta renda (2022, p. 759-761). O estudo ainda identifica como canais principais desse crescimento o aumento da participação no comércio internacional e nos fluxos de investimento estrangeiro direto.

Figura 4 – *The dynamic impact of B&R participation on the economic growth in treated countries*



Fonte: Shengnan Ma, 2022

Assim, na Figura 4 Ma (2022) consolida sua análise teórica com dados empíricos, que ilustram como a renda per capita aumenta e se torna significativa no terceiro ano após a participação, indicando que os possíveis efeitos da participação não são imediatos, mas implicam que o impacto positivo no crescimento econômico local pode se tornar maior com o passar do tempo, à medida que a integração se aprofunda.

Em síntese, os dados demonstram que os investimentos promovidos pela BRI exercem impactos concretos sobre o crescimento econômico, a redução de custos comerciais e a expansão da conectividade transnacional. Tais efeitos reforçam não apenas a inserção econômica da China, como também sua presença estratégica em regiões-chave, revelando que as dimensões econômicas e políticas da iniciativa seguem de forma indissociável (De Soyres *et al.*, 2020). Entretanto, apesar dos impactos positivos apresentados, os investimentos da BRI também despertam preocupações geopolíticas, institucionais e ambientais, que serão analisadas a seguir a partir das interpretações divergentes na literatura especializada.

4.3 Entre cooperação e contestação: interpretações divergentes

No âmbito acadêmico, o empreendimento é fonte de intensa divergência entre analistas e *policymakers* devido à sua proposta desalinhada à ordem neoliberal ocidental. As visões favoráveis tendem a destacar o potencial transformador da BRI. Para autores como Ma (2022), De Soyres *et al.* (2020), Angulo-Bustinza e Lis-Gutiérrez (2023) e Hong (2016), a iniciativa representa uma oportunidade concreta de desenvolvimento para países do Sul Global, representando a possibilidade de ampliar o acesso à infraestrutura e reduzir os custos de comércio. Além disso, ao atuar fora das instituições dominadas pelo Norte Global, como o FMI e o Banco Mundial, oferece aos países historicamente marginados maior margem de escolha e negociação. Esses autores argumentam que a China contribui para a construção de uma ordem multipolar, com uma representação mais igualitária (Haggai, 2020). Ademais, argumenta-se que a BRI supre lacunas históricas de investimento em infraestrutura básica (Hong, 2016), promove maior autonomia dos países parceiros frente a instituições financeiras tradicionais, e contribui para a descentralização do poder global ao incentivar relações econômicas mais diversificadas (Angulo-Bustinza e Lis-Gutiérrez, 2023; Haggai, 2020).

Em contrapartida, as visões críticas são extensas. Vários autores acusam a BRI de reproduzir lógicas de dependência assimétrica, e até mesmo neocoloniais. Russel e Berger (2020) ressaltam o uso da iniciativa como ferramenta internacional de obtenção de vantagens estratégicas, explorando vulnerabilidades institucionais de países receptores e minando normas liberais de governança internacional. Garcia-Herrero e Schindowski (2023), por sua vez, demonstram que a percepção da BRI tem piorado em diversas regiões, especialmente na Europa e em partes da Ásia,

onde os projetos são frequentemente associados à falta de transparência, corrupção e baixa sustentabilidade ambiental. Ainda, apontam que muitos países acabam entrando em relações contratuais opacas e vulneráveis, com pouca margem de renegociação (Russel, Berger, 2020), e que a ausência de mecanismos multilaterais de regulação favorece práticas não transparentes e autoritárias (Garcia-Herrero, Schindowski, 2023).

Nos países do Sul Global, a BRI desperta simultaneamente expectativas e apreensões. As regiões da África Oriental e do Sudeste Asiático ilustram os benefícios percebidos em termos de infraestrutura e acesso a investimentos (Hu *et al.*, 2023). No entanto, experiências como as do Sri Lanka, Laos e Zâmbia revelam efeitos colaterais relacionados à dívida, perda de soberania sobre ativos estratégicos e ausência de mecanismos multilaterais de controle (Jones, Hameiri, 2020; Osiewicz, 2018).

Todavia, em *“Debunking the Myth of “Debt-Trap Diplomacy”*” é proposta uma análise crítica tanto para os Estados Unidos e seus aliados, quanto para a China. Lee Jones e Shahar Hameiri salientam que a BRI é majoritariamente motivada por fatores econômicos, e busca responder a problemas domésticos como a sobrecapacidade produtiva e a necessidade de abrir mercados para as empresas chinesas. Em suas palavras:

“Mainstream accounts depict China’s BRI as a predatory form of economic statecraft, seeking to ensnare poor countries for geopolitical ends. This paper has demonstrated that the BRI is, in fact, motivated largely by economic factors. [...] Accordingly, the BRI does not follow a top-down plan, but emerges piecemeal, through diverse bilateral interactions, with outcomes being shaped by interests, agendas and governance problems on both sides” (Jones, Hameiri, 2020, p. 28).

Assim, essa visão se opõe tanto à ideia de que a BRI constitui uma estratégia coesa e centralizada de dominação, quanto à resposta ocidental exageradamente hostil e pouco fundamentada. Além disso, indicam que o sistema de financiamento do desenvolvimento chinês é muito fragmentado para buscar objetivos estratégicos detalhados, tendo seus projetos guiados mais pela lógica econômica e menos por objetivos políticos. Ainda assim, admite-se que mesmo fragmentada, a BRI é uma ferramenta significativa da PE chinesa e expande redes logísticas, financeiras e normativas em torno da China, de modo a reconfigurar o sistema internacional em benefício de sua ascensão.

4.4 Considerações

Ao longo deste capítulo evidencia-se que a *Belt and Road Initiative* constitui o principal instrumento de política externa da China no século XXI, articulando interesses econômicos e

diplomáticos em uma escala inédita. A iniciativa consolidou-se como vetor estruturante da inserção internacional chinesa, permitindo ao país expandir sua influência global por meio da interdependência econômica e da construção de infraestrutura estratégica, focando no Sul Global.

Ao longo da última década, os dados empíricos demonstraram que os investimentos têm impacto positivo sobre o crescimento econômico, a redução dos custos de comércio e o aumento da conectividade produtiva em regiões historicamente marginalizadas do sistema internacional (De Soyres *et al.*, 2020; Chen, Li, 2021; Ma, 2022). Por outro lado, a literatura crítica traz ressalvas para os riscos de dependência financeira e desequilíbrios institucionais associados a esses mesmos investimentos (Russel, Berger, 2020; Garcia-Herrero, Schindowski, 2023). Essa ambivalência revela que a BRI não pode ser compreendida apenas como um projeto técnico ou logístico, mas como um mecanismo de barganha inserido nas disputas normativas e estratégicas da ordem internacional contemporânea.

Nesse contexto, a BRI representa uma resposta às carências de infraestrutura global, bem como uma alternativa às instituições multilaterais dominadas pelo Ocidente, desafiando as bases da ordem liberal estabelecidas pós-Guerra Fria. A China apresenta-se como fornecedora de bens públicos globais, mas o faz em termos próprios (Yahuda, 2019). O resultado é um modelo de cooperação que mistura pragmatismo econômico com ambição estratégica, gerando tanto aclamação quanto desconfiança.

A esse respeito, é necessário reconhecer que, enquanto grande potência, a China se encontra em uma posição que permite priorizar seus próprios interesses, mesmo quando isso contraria normas estabelecidas ou compromissos multilaterais. Um exemplo disso foi sua decisão de manter relações comerciais e diplomáticas com o Irã mesmo durante os períodos de sanções ocidentais, fortalecendo seus laços na região do Golfo e assegurando acesso a petróleo e influência política. Esse padrão de atuação reflete uma lógica de política externa centrada na maximização de vantagens estratégicas, com menor preocupação com a legitimidade internacional das instituições existentes. Assim, entre a promessa de desenvolvimento e os riscos de dependência, a BRI simboliza a transição para uma ordem internacional mais fragmentada, multipolar e competitiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a *Belt and Road Initiative* enquanto instrumento estratégico de política externa e sua contribuição na redefinição da ordem internacional. Por meio deste, demonstrou-se que a BRI transcende sua proposta original como plano de infraestrutura, e se configura como um megaprojeto de desenvolvimento global que inclui interesses econômicos e políticos, somando mais de US\$19 trilhões nas trocas comerciais entre a China e os países parceiros (2013-2022) (SCIO, 2023; Shang, 2019; Zhang, 2019).

Para além da construção de corredores intercontinentais terrestres e marítimos, a expansão para domínios temáticos como a Rota da Seda Digital, Verde e da Saúde, bem como o uso de instrumentos financeiros próprios refletem a pluralidade de interesses e objetivos. Desse modo, apesar das críticas apresentadas apontarem a BRI como uma ameaça calculada à ordem internacional, o projeto segue um viés majoritariamente econômico, seguido por um discurso de desenvolvimento mútuo. Embora o governo da RPC seja centralizado no partido e na figura de Xi Jinping, essa pesquisa conclui que o projeto segue uma lógica de inserção internacional assertiva, se posicionando como fornecedora de bens públicos globais como conectividade, infraestrutura, financiamento e tecnologia (Zhongying, 2021) e preenchendo as lacunas deixadas pela hegemonia estadunidense.

Por conseguinte, fica evidente o valor atribuído à história e à ideologia. O descontentamento com a ideologia neoliberal e a desigualdade do sistema internacional são fortemente reiterados em discursos oficiais do governo, e a BRI surge como alternativa para o desenvolvimento de países historicamente marginalizados. Nesse contexto, a valorização de aspectos culturais como o *guanxi* e os princípios confucionistas permite à China formular uma governança alternativa à normatividade liberal promovida pelo Norte Global (Womack, 2008; Kavalski, 2017). A diplomacia cultural, reforçada pelo “sonho chinês” e pelo princípio de “não hegemonia”, projeta uma imagem de liderança benevolente e legítima, atraente para os países do Sul Global.

Nesse sentido, ao incorporar dezenas de países a iniciativa contribui para a redução da dependência de estruturas financeiras dominadas pelo Ocidente, ampliando a margem de negociação tanto da China quanto de seus parceiros. Ainda que mantenha um discurso oficial de não interferência, o projeto revela traços de ambição normativa e crescente projeção de poder, acompanhados por mudanças graduais no posicionamento diplomático do país, que passa a

explorar formas de intervenção “construtiva” com características chinesas, sinalizando uma transição do *soft power* tradicional para uma forma mais assertiva de liderança (Zhongying, 2021).

Entretanto, a opacidade permanece como um traço estrutural da BRI. Os reais objetivos, termos e impactos de longo prazo dos projetos nem sempre são transparentes, o que alimenta receios quanto à sua governança. Ainda assim, a adesão em massa indica que os benefícios superam os receios de países receptores. Em resposta aos desafios, a China tem implementado ajustes institucionais e ambientais, evidenciando uma flexibilidade de adaptação central para a continuidade do projeto.

Por fim, a continuidade e o sucesso da BRI dependerão da habilidade da China em se adaptar ao sistema internacional e suas exigências. Em um mundo em transição, marcado por disputas normativas e instabilidade sistêmica, a estratégia chinesa de expansão gradual, evitando confrontos diretos, evoca uma versão reformulada da doutrina *Tao Guang Yang Hui* (“*keeping a low profile*”). A iniciativa, já apresenta resultados concretos e potencial transformador para as RI, enquanto instrumento de reordenação do sistema global. Assim, a China fortalece sua posição internacional e pavimenta o caminho para o que considera ser o retorno legítimo à centralidade global, não por meio da hegemonia coercitiva, mas como modelo de civilização, desenvolvimento e governança.

REFERÊNCIAS

- AMARASINGHE, Punsara. Revival of the Silk Road legacy: Examining the historical roots and modern aspirations of China's Belt and Road Initiative. **HISTORIA I ŚWIAT**, 12, 379–396. 26 ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34739/his.2023.12.23>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- ANGULO-BUSTINZA, Harold D.; LIS-GUTIÉRREZ, Jenny Paola. Trade and inclusive economic growth: China and Latin America (2004–2021). **RETOS Revista de Ciencias de la Administración y Economía**, 13(26), 303-317. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17163/ret.n26.2023.08>. Acesso em: Nov. 2024.
- APOLINÁRIO Júnior, Laerte. Rinaldi, Augusto Leal; Camargo Lima, Rodolfo. Chinese and Indian COVID-19 Vaccine Diplomacy during the Health Emergency Crisis. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 02 jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/DrGbS5dFtJCxf8Sy3BPmn3M/?format=html&lang=en#>. Acesso em: Jun. 2025.
- BEIJING: National Development and Reform Commission; Ministry of Foreign Affairs; Ministry of Commerce. Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road. **Belt and Road Forum for International Cooperation**. Mar. 2015. Disponível em: <https://2017.beltandroadforum.org/english/n100/2017/0410/c22-45.html>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BROWN, Kerry; BĚRZIŇA-ČERENKOVA, Una Aleksandra. Ideology in the Era of Xi Jinping. **J OF CHIN POLIT SCI**. Fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11366-018-9541-z>. Acesso em: 22 mai. 2025.
- CAI, Jane. Structure of China's Communist Party: party cells, decision-making process, concentration of power. **South China Morning Post**. 20 Mai 2021. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/politics/article/3132921/how-chinas-communist-party-structured>. Acesso em: 22 Mai. 2025.
- CHAN, Man Hung Thomas. The Belt and Road Initiative: The New Silk Road – A Research Agenda. **Journal of Contemporary East Asia Studies**, 2018, Vol 7, N. 2, 104–123. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24761028.2019.1580407>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- CHINA building 'counter-stealth' radar on disputed South China Sea reef. **The Guardian**. 26 out. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/oct/26/china-building-counter-stealth-radar-on-disputed-south-china-sea-reef-satellite-pictures-suggest>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- CLARKE, Michael. The Belt and Road Initiative: China's New Grand Strategy? **Asia Policy**, n. 24, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319100054>. Acesso em: 23 set. 2024.
- DE SOYRES, François; MULABDIC, Alen; MURRAY, Siobhan; ROCHA, Nadia; RUTA, Michele. (2020). How Much Will the Belt and Road Initiative Reduce Trade Costs? *International*

Finance Discussion Papers. **Board of Governors of the Federal Reserve System**. N. 1274. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17016/IFDP.2020.1274>. Acesso em: 17 abr. 2025.

DUNFORD, Michael; LIU, Weidong. “China’s Evolving International Economic Engagement: China Threat or a New Pole in an Equitable Multipolar World Order?” **Area Development and Policy** 9 (2), p.131–168, jul. 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23792949.2023.2225092>. Acesso em: 09 nov. 2024.

FERDINAND, Peter. Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping. **International Affairs**, Volume 92, Issue 4, pg 941–957, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12660>. Acesso em: 23 set. 2024.

GARCÍA-HERRERO, Alicia; SCHINDOWSKI, Robin. Global Trends in Countries’ Perceptions of the Belt and Road Initiative. **Working Paper 04/2023, Bruegel**. Disponível em: <https://www.bruegel.org/working-paper/global-trends-countries-perceptions-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 17 abr. 2025.

HAGGAI, Kanenga. One Belt One Road Strategy in China and Economic Development in the Concerning Countries. **World Journal of Social Sciences and Humanities**, vol. 2, no. 1, 2016. doi: 10.12691/wjssh-2-1-2. Acesso em 23 set. 2024.

HONG, Zhao. China’s One Belt One Road: An Overview of the Debate. **Trends in Southeast Asia**. ISEAS–Yusof Ishak Institute; 2016. Disponível em: <https://www.china-centralasia.org>. Acesso em: 23 set. 2024.

HU, W.; SHAN, Y.; DENG, Y.; FU, N.; DUAN, J.; JIANG, H.; ZHANG, J. Geopolitical Risk Evolution and Obstacle Factors of Countries along the Belt and Road and Its Types Classification. **International Journal of Environmental Research and Public Health**. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph20021618>. Acesso em: 17 abr. 2025.

HURLEY, John; MORRIS, Scott; PORTELANCE, Gailyn. Examining the Debt Implications of the Belt and Road Initiative from a Policy Perspective. **Center for Global Development**, 2018. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/examining-debt-implications-belt-and-road-initiative-policy-perspective>. Acesso em: 19 mar. 2025.

JONES, Lee; HAMEIRI, Shahar. Debunking the Myth of “Debt-Trap Diplomacy”: How Recipient Countries Shape China’s Belt and Road Initiative. Asia-Pacific Programme. **Chatham House - The Royal Institute of International Affairs**. Ago. 2020. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2020/08/debunking-myth-debt-trap-diplomacy>. Acesso em: 19 mar. 2025.

KAVALSKI, Emilian. “Chinese Concepts and Relational International Politics”. **All Azimuth: A Journal of Foreign Policy and Peace**, 2017: 87-102. Disponível em: <https://doi.org/10.20991/allazimuth.325784>. Acesso em: 09 nov. 2024.

LANTEIGNE, Marc. *Chinese Foreign Policy: An Introduction* (4th ed.). **Routledge**, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780429437908>. Acesso em: 08 nov. 2024

LOPES Kotz, Ricardo; CARTELLI, Anna, & CORREIA, Gabrielly Jacques. A Nova Rota da Seda: implicações geopolíticas dos investimentos da China na América Latina. **Carta Internacional**, v. 14, n. 3, p. 216–242, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v14n3.2019.921>. Acesso em: 24 set. 2024.

MA, Shengnan. Growth effects of economic integration: New evidence from the Belt and Road Initiative. **Economic Analysis and Policy**, Volume 73, Pages 753-767, Mar 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eap.2022.01.004>. Acesso em: 24 set. 2024.

MAPPING the Belt and Road initiative: this is where we stand. **Mercator Institute for China Studies**. 7 jun. 2018. Disponível em: <https://merics.org/en/tracker/mapping-belt-and-road-initiative-where-we-stand>. Acesso em: 27 mai. 2025.

MILLER, Tom. “One Belt, One Road” Financing the New Silk Road. **China’s Asian Dream: Empire Building along the New Silk Road**. 2018. Cap 1, pg. 30 - 59.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 8, n. 2, p. 297–329, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8931>. Acesso em: 25 out. 2024.

NEDOPIIL, Christoph. China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2024. **Griffith Asia Institute and Green Finance & Development Center, FISF**, Brisbane. Fev. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.25904/1912/5784>. Acesso em: 17 abr. 2025.

NEDOPIIL, Christoph. “Countries of the Belt and Road Initiative”. **Shanghai, Green Finance & Development Center, FISF Fudan University**. 2025. Disponível em: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/?cookie-state-change=17424896>. Acesso em: 19 mar. 2025.

OSIEWICZ, Przemyslaw. “The Belt and Road Initiative (BRI): Implications for the Middle East”. **Jornal Przegląd Strategiczny**. 2018, Issue 11. Pg. 221-232. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=719974>. Acesso em 17 mar. 2025.

PATRICK, Igor. After spurning China for years, Brazil reveals a plan to join Belt and Road Initiative. **South China Morning Post**, 20 jul. 2024. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3271218>. Acesso em 24 set. 2024.

PAUTASSO, Diego. O comércio exterior na universalização da política externa chinesa no século XXI. **Meridiano** 47, Brasília, v. 10, n. 113, p. 14-15, dez. 2009. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/20838>. Acesso em: 09 nov. 2024.

RICHARDSON, Paul B. Geopolitical encounters and entanglements along the Belt and Road Initiative. **Geography Compass**. Vol. 15, Issue 8, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gec3.12583>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RUSSEL, Daniel R.; BERGER, Blake H. Weaponizing the Belt and Road Initiative. **Asia Society Policy Institute**. P. 10-22. set. 2020. Disponível em: <https://asiasociety.org/policy-institute/weaponizing-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SACKS, David. Countries in China's Belt and Road Initiative: Who's in and Who's Out. **Council on Foreign Relations**. 24 Mar. 2021. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/countries-chinas-belt-and-road-initiative-whos-and-whos-out>. Acesso em: 24 set. 2024.

SARKER, M.N.I., Hossin, M.A., Yin, X.H., & Sarkar, M.K. One Belt One Road Initiative of China: Implication for Future of Global Development. **Modern Economy**, 9, 623-638. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/me.2018.94040>. Acesso em: 24 set. 2024.

SHANG, Huping. The Belt and Road Initiative: Key Concepts. In: What is the Belt and Road Initiative? **Peking University Press and Springer Nature Singapore**. 2019. Pg. 1-25. https://doi.org/10.1007/978-981-13-9201-6_. Acesso em 19 mar. 2025.

SINGH, Arushi. Why is China Giving Satellites to Egypt? **Geopolitical Monitor**. 13 set. 2023. Disponível em: <https://www.geopoliticalmonitor.com/why-is-china-giving-satellites-to-egypt/>. Acesso em: 27 mai. 2025.

STATISTICAL Bulletin of FDI in China 2024. **Ministry Of Commerce, PRC**. 15 jan. 2025. Disponível em: <https://fdi.mofcom.gov.cn/EN/come-datatongji-con.html?id=16112>. Acesso em: 17 abr. 2025.

STORIES about the Belt and Road Initiative and the Steel Industry. **Shanghai Metals Market**. 24 out. 2023. Disponível em: <https://news.metal.com/newscontent/102434702/Stories-about-the-Belt-and-Road-Initiative-and-the-Steel-Industry>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TERRITORIAL Disputes in the South China Sea. **Council of Foreign Relations**. 17 set. 2024. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-sea>. Acesso em: 20 abr. 2024.

THE State Council Information Office of the People's Republic of China. The Belt and Road Initiative: A Key Pillar of the Global Community of Shared Future. **White Paper, Xinhua**. Out. 2023. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/node_9004454.html. Acesso em: 27 mai. 2025.

WHAT are six economic corridors under Belt and Road Initiative? **The State Council Information Office of the People's Republic of China**. 4 ago. 2020. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/beltandroad/2020-08/04/content_76345602.htm. Acesso em: 27 mai. 2025.

WOMACK, Brantly. China as a Normative Foreign Policy Actor. **CEPS Working Document No. 282**, jan. 2008. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1337618>. Acesso em: 09 nov. 2024.

YAHUDA, Michael. 5 China: The ascent to global economic, political and military influence. **The International Politics of the Asia-Pacific**. Pg 149 - 187. Acesso em: 17 mar. 2025.

YUJIA, Zhao. A Signaling Approach to Trust-Building across Narratives. **Bridging Two Worlds**. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/luminos.135.n>. Acesso em: 19 mar. 2025

ZHANG, Feng. The Xi Jinping Doctrine of China's International Relations: Concepts and Policies. **Asia Policy**, vol. 14, no. 3, 2019, pp. 7–24. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26773952>. Acesso em: 20 Mar. 2025.

ZHONGYING, Pang. From Tao Guang Yang Hui to Xin Xing. **China's Complex Foreign Policy Transformation and Southeast Asia**. ISEAS–Yusof Ishak Institute. 2021. P. 1- 26. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/from-tao-guang-yang-hui-to-xin-xing/from-tao-guang-yang-hui-to-xin-xing-chinas-complex-foreign-policy-transformation-and-southeast-asia/236751688A14A04B003275602E1CEA1C>. Acesso em: 22 mai. 2025.

曹家宁. Basic Knowledge on the Belt and Road. **Belt and Road Portal**. 25 abr. 2019. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/p/87423.html>. Acesso em: 17 mar. 2025.